

30
outubro
2015

sindusconpr.com.br

Informativo

SINDUSCONPR

Mais ideias para a construção • Gestão 2014 | 2016

Quais resultados obtidos em 2015 e o que esperar do ano que se aproxima?

Sinduscon-PR apresenta dados em Reunião com Associados, dia 1º de dezembro

leia na página 05

03 | Qualificação

Confira a agenda de cursos previstos para os próximos meses.

08 | ENIC

PPPs e Concessões: uma possível solução para alavancar o desenvolvimento do País.

12 | Jurídico

Resultado do Processamento do FAP e Prazos para Contestações.

Expediente

Diretoria Executiva
Gestão 2014/2016

Presidente

José Eugênio Souza de Bueno Gizzi
(Itaúba Incorporações e Construções)

Vice - presidente
Waldemar Trotta Junior
(Trocon Engenharia Civil Ltda.)

1º Vice - presidente Administrativo
Sérgio Luiz Crema
(Amerc Construções Cíveis Ltda.)

2º Vice - presidente Administrativo
Mayra Andrea Doria Mattana
(Doria Construções Cíveis Ltda.)

1º Vice - presidente Financeiro
Sérgio Gugelmin Motter
(Sermo Construções Cíveis Ltda.)

2º Vice - presidente Financeiro
Tiago Colaço Guetter
(Construtora Guetter Ltda.)

Vice - presidentes de Áreas Técnicas

Política e Relações do Trabalho
Wladimir Mazzolla Moraes
(Lavita Engenharia Civil Ltda.)

Responsabilidade Social
Jociana Niespodzinski
(Engefan Construções Cíveis Ltda.)

Indústria Imobiliária
João Carlos Perussolo
(Construtora San Remo Ltda.)

Obras Públicas
Rodrigo José Zerbeto Assis
(Construtora Atenas)

Área Técnica
Euclesio Manoel Finatti
(Braengel Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda.)

Prestação de Serviços
Álvaro Fernandes Coelho
(Plaenge Empreendimentos)

Meio Ambiente
Almir de Miranda Perru
(Perru Construtora de Obras Ltda.)

Banco de Dados
Ubiraítá Antônio Dresch
(Estilo Condomínios Ltda.)

Conselho Deliberativo (Efetivos)
Roberto Damiani Cardoso
(Escoll Engenharia de Solos e Concreto Ltda.)
Ramon Andres Doria
(Doria Construções Cíveis Ltda.)
Marcelo Azevedo Braga
(Braenge Técnicas de Engenharia Ltda.)
Erlon Donovan Rotta Ribeiro
(Construtora Andrade Ribeiro Ltda.)

Ex - presidentes (Natos)

Normando Antônio Baú
(Baucon Empreendimentos e Construções)
Hamilton Pinheiro Franck
(H.Franck Construção Civil Ltda.)
Julio César de Souza Araújo Filho
(Construtora Arce Ltda.)

Conselho Fiscal (Efetivos)
Carlos Augusto Emery Cade
(Oros Engenharia Ltda.)
Luiz Carlos Tomaschitz
(T J Engenharia e Empreendimentos Ltda.)
Renato Cláudio Keinert Junior
(Exame Tecnologia Ltda.)
Suplente
Daniel do Amaral Marquêo
(Ponto BR Engenharia Ltda.)

Delegados representantes junto ao Conselho da FIEP (Efetivos)
José Eugênio Souza de Bueno Gizzi
(Itaúba Incorporações e Construções)
Gustavo Daniel Berman
(R S Engenharia e Empreendimentos Imobiliários)
Suplentes
Normando Antônio Baú
(Baucon Empreendimentos e Construções)
Waldemar Trotta Junior
(Trocon Engenharia Civil Ltda.)

Representantes Regionais
Helmiro Roberto Bobeck - Ponta Grossa
(Construtora Rio da Prata Ltda.)
Luiz Henrique da Silva Chaves - Paranaíba
(Luiz Henrique da Silva Chaves e Cia Ltda.)
Luiz Fernando Gapski Pereira - Guarapuava
(Gapercon Construtora Ltda.)
Luiz Carlos Braun - Pato Branco
(Braun Engenharia Ltda.)
Ademir Antonio Schwarts - Francisco Beltrão
(Empretec Empreendimentos Técnica e Construções Ltda.)

Informativo SINDUSCONPR

Publicação do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná

Administração:

Rua: João Viana Seiler, 116 – Parolin

Fone (41) 3051 4300

CEP 80.220.270 – Curitiba – PR

sinduscon@sindusconpr.com.br

www.sindusconpr.com.br

Publicação do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná

Edição:

Assessoria de Comunicação do Sinduscon-PR

Coordenação Editorial: Conexa Comunicação

Jornalista responsável: Fabiane Ribas (DRT: PR 4004)

Edição: Waléria Pereira

Diagramação e editoração: Inventa Comunicação

Impressão: JEDS Comp. Gráfica

Patrocínio



Nota da Edição

Agenda

O site do Sinduscon-PR está cada dia mais completo com informações e notícias relevantes referentes ao setor da construção civil. Um campo de destaque é a Agenda onde os associados encontram uma gama

de cursos e eventos ao longo do ano. Além das informações básicas como data, horário e local, também constam as descrições de cada evento. São diversas oportunidades para empresários e trabalhadores da indústria. Entre no site da entidade www.sindusconpr.com.br e confira!

Sinduscon-PR oferece cursos de qualificação para empresários e trabalhadores da construção civil

06 de novembro

SEGURANÇA DO TRABALHO NR-35

Outras datas: 13/11, 20/11, 27/11, 04/12, 11/12 e 18/12

Horário: 08h às 17h

Carga horária: 8 horas

Pré-requisito: 6º ano completo do Ensino Fundamental e idade mínima de 18 anos.

Investimento: R\$ 108,00 – valor por aluno para empresas afiliadas ao Sinduscon-PR

Local: Senai Araucária - Rua Presidente Castelo Branco, 192 - A Thomaz Coelho |Araucária/PR

Informações e inscrições:
(41) 3641-8650

10 e 11 de novembro

CAPACITAÇÃO PARA TRABALHADORES AUTORIZADOS E VIGIAS EM ESPAÇOS CONFINADOS – NR33

Horário: 08h às 17h

Carga horária: 16 horas

Pré-requisito: 6º ano completo do Ensino Fundamental e idade mínima de 18 anos. Repassar ao SENAI a especificação de espaço confinado; Quais as atividades são desenvolvidas neste espaço confinado e o nome do Responsável Técnico da Empresa. (ser encaminhado via empresa)

Investimento: R\$ 90,00 – (valor por aluno para empresas afiliadas ao Sinduscon-PR)

Local: Senai Araucária - Rua Presidente Castelo Branco, 192 - A Thomaz Coelho |Araucária/PR

Informações e inscrições:
(41) 3641-8650

11 e 12 de novembro

APRENDENDO A CONVIVER E RESPEITAR AS DIFERENÇAS

Horário: 18h às 22h

Carga horária: 8 horas

Objetivo: Reconhecer a importância do respeito às diferenças para melhor convivência, fortalecendo a cooperação no ambiente de trabalho.

Local: Seconci-PR – Rua João Viana Seiler, 116 | Parolin

Informações e inscrições:
(41) 3051-4355
lidiana@sindusconpr.com.br

07 a 18 de dezembro

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE PROJETOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Carga horária: 40 horas

Investimento: R\$ 332,75

Local: Senai – Escola da Construção

Informações e inscrições:
(41) 3271-8050 / 3271-8052

23 a 27 de novembro

CAPACITAÇÃO PARA SUPERVISORES DE ENTRADA EM ESPAÇOS CONFINADOS – NR33

Horário: 08h às 17h

Carga horária: 40 horas

Pré-requisito: 6º ano completo do Ensino Fundamental e idade mínima de 18 anos.

Investimento: R\$ 720,00 – (valor por aluno para empresas afiliadas ao Sinduscon-PR)

Local: Senai Araucária – Rua Presidente Castelo Branco, 192 – A Thomaz Coelho

Informações e inscrições:
(41) 3641-8650

09 e 10 de dezembro

OTIMIZAÇÃO DO TEMPO

Data: 09 e 10/12 | quarta e quinta-feira | 18h às 22h

Objetivo: Compreender que otimizar o tempo é um importante fator para melhorar a produtividade no trabalho e a qualidade de vida das pessoas.

Carga horária: 8 horas

Local: Seconci-PR – Rua João Viana Seiler, 116 | Parolin

Informações e inscrições:
(41) 3051-4355
lidiana@sindusconpr.com.br

09 a 11 de dezembro

INSTALADOR DE KIT PORTA PRONTA – ABIMCI

Carga horária: 20 horas

Investimento: R\$ 314,86

Local: Senai – Escola da Construção

Informações e inscrições:
(41) 3271-8050 / 3271-8051

2016

08 de fevereiro a 31 de maio

ATUALIZAÇÃO PARA MESTRE DE OBRAS

Investimento: R\$ 1.449,00 4x 362,25

Local: Senai – Escola da Construção

Informações e inscrições:
(41) 3271-8050 / 3271-8051

Sinduscon-PR disponibiliza aos associados todas as normas técnicas de acessibilidade



Entre elas está a recém-revisada norma NBR9050, a Norma de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaço e Equipamentos Urbanos sofreu este ano (2015) uma revisão estabelece alguns requisitos e parâmetros técnicos que devem ser observados ao se elaborar um projeto, execução, instalação ou até mesmo a adaptação do meio urbano e também de edificações em conformidade com as condições de acessibilidade. Todos os projetos universais são contemplados pela norma visando facilitar a superação de obstáculos pelas pessoas com deficiência.

Uma decisão da Secretaria dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), o qual foi celebrado com o Ministério Público Federal (MPF), tornou pública todas as normas técnicas de acessibilidade, sem que haja necessidade da compra. Desta forma, o Sinduscon-PR reuniu as 21 normas e disponibiliza no site da entidade (www.sindusconpr.com.br) todas elas para que os associados possam ter acesso de forma mais facilitada.

**QUEM NEGOCIA COM
UMA EMPRESA LOCAL,
GANHA MAIS
QUE QUALIDADE.**

VERSÁTIL A marca do andaime . Orgulho de ser Paranaense (41) 3661-6000

Quais resultados obtidos em 2015 e o que esperar do ano que se aproxima?



Em Reunião com Associados o Sinduscon-PR mostrará os resultados, ações realizadas e expectativas para 2016

Já está marcada a última Reunião com Associados de 2015 do Sinduscon-PR: será realizada no dia 1º de dezembro, às 18h30, na sede social, no bairro Centro Cívico. A ocasião será marcada pela apresentação do balanço do setor no ano de 2015, as perspectivas para o próximo ano, além da pesquisa de Intenção de Contratação de Mão de Obra para 2016.

Em 2014, a indústria da construção bateu recorde de entregas de unidades. Ao todo foram 23 mil unidades, 5% a mais do que em 2013. Um dos motivos foram os lançamentos ocorridos entre 2010 e 2012, época em que o mercado encontrava-se bastante aquecido e atendia a uma demanda reprimida.

Por outro lado, 2015 iniciou bastante recessivo economicamente, o que vem atingindo todos os setores da indústria, inclusive a construção civil. O que hoje chamamos de “crise”. Um dos panoramas apresentados este no ENIC – Encontro Nacional da Indústria da Construção, pelo economista Eduardo Gianetti demonstra que de 2004 a

2015 o Brasil caminhava relativamente bem, o PIB crescia em torno de 4%. Em certo momento, houve uma alteração no roteiro e aos poucos o Brasil chegou no que ele chama de: uma das piores crises da era republicana, baseada na insegurança econômica e perda de renda.

Mas ainda assim, diante de tantos acontecimento ruins para a economia brasileira, a última Feira de Imóveis, promovida pela Ademi-PR, gerou R\$ 81 milhões em negócios. Será que o ano foi ruim para a indústria imobiliária? Os índices ultrapassaram as expectativas? Há esperança de melhora do cenário em 2016? As respostas para estas e outras questões você confere na reunião de fechamento, no próximo dia 1º de dezembro.

Associados interessados em participar devem confirmar presença pelo telefone (41) 3051-4335 ou pelo e-mail sinduscon@sindusconpr.com.br. Após o evento será servido um coquetel aos participantes. Há estacionamento gratuito para os associados ao lado do edifício da entidade.

Novas regras sobre a Desoneração é tema de palestra no Sinduscon-PR



No dia 19 de novembro, das 9h às 12h, o Sinduscon-PR realiza palestra sobre as regras de Desoneração, Rua da Glória, 175, Centro Cívico. O objetivo é explicar as novas regras da desoneração da folha de pagamento impostas pela LEI 13.161/2015, que impactará a partir de 11/2015 para as empresas de construção civil.

Para a ocasião, a entidade convidou a

auditora da Receita Federal do Brasil, Sandra C. de Abreu Chuves. A auditora e bacharel em direito, orientará os associados quanto a Legislação Previdenciária aplicada ao setor da Construção Civil, para que se contemple as exigências impostas pelo fisco Previdenciário, e, assim, sejam evitados problemas com fiscalizações, bem como, atrasos para a emissão de Certidões que possam atrasar a entrega das obras.

Serão abordados ainda, os procedimentos administrativos por conta da DISO Eletrônica, o agendamento eletrônico e as consequências do descumprimento das determinações legais na era digital, para que, desta forma, as empresas se programem para não atrasar seus cronogramas e/ou sofram autuações desnecessárias, quer por sonegação, desconhecimento ou desorganização.

Associados interessados em participar devem confirmar presença pelo telefone (41) 3051-4335 ou pelo e-mail sinduscon@sindusconpr.com.br. Há estacionamento ao lado do prédio da entidade para uso das empresas associadas.



Atendimento especial às Construtoras

- Implantação do Condomínio;
- Elaboração da Convenção e Regimento Interno;
- Registro do CNPJ;
- Vistoria Inicial para Compra de Enxoval e Contratação dos Serviços Essenciais;
- Estudo para Implantação da Taxa de Condomínio;
- Assembleia de Implantação do Condomínio;
- Contabilidade, Recursos Humanos e Cobranças;



Martins Alves
Administradora de Condomínios

Rua Tibagi, 265 • Conj. 02 • Curitiba • PR
Fone: 41 3324 5928 • CEP 80060-110
www.martinsalves.com.br
martinsalves@martinsalves.com.br

Pedreiro é surpreendido com queda de parede e quase perde a vida

Não é de hoje que o Sinduscon-PR alerta sobre cuidados com acidentes de trabalho na construção civil. Recentemente, viralizou na internet um vídeo de uma parede caindo em cima de um pedreiro, enquanto o mesmo empurrava outra. A situação ocorreu numa obra informal na região metropolitana de Curitiba.

O pedreiro, além do susto, sofreu fraturas e ferimentos graves, entre eles a perfuração do pulmão. O agravante é que em decorrência do acidente, o profissional precisará ser reposicionado de função, afinal, não poderá mais levantar peso, o que atrapalhará o trabalho que realizava na construção civil.

De acordo com o vice-presidente de área técnica do Sinduscon-PR, Euclesio Finatti, que também é coordenador do Comitê de Incentivo à Formalidade, o que chamou a atenção foi o fato de que o profissional não dispunha de equipamentos individuais de segurança obrigatórios, previstos em legislação, não estava acompanhado de um engenheiro responsável da obra e ainda, não utilizou técnicas adequadas para derrubar a parede.

Euclesio ressalta que a informalidade aumenta consideravelmente o número de acidentes e afastamentos de trabalho no setor, devido a falta de orientação, acompanhamento e qualificação adequados. Entre as empresas associadas ao Seconci-PR e Sinduscon-PR, o número de acidentes é 54% menor do que nas empresas não associadas.

Incentivo à Formalidade

O Comitê de Incentivo à Formalidade existe há 14 anos, uma iniciativa do Sinduscon-PR em parceria com a CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção e outras 14 entidades, que visa combater a informalidade no setor. Além do planejamento periódico de ações, o Comitê de Incentivo à Formalidade atua com visitas técnicas por meio de um representante do CREA-PR, um do Sinduscon-PR e um dos trabalhadores, que vão até as obras para orientar quanto a saúde, segurança do trabalho e a exigência de um responsável técnico na obra, promovendo a conscientização e a necessidade de mudanças.

É importante ressaltar que a informalidade não está apenas na ausência de segurança

do trabalho, passa também por não assinar a carteira do trabalhador e todas as vertentes existentes na atividade empresarial como compra de materiais sem nota fiscal, sonegação tributária, obras sem alvará e etc.

“O Comitê vem trabalhando fortemente para reduzir esse índice. De 2001 até 2013 houve uma queda representativa, no Paraná o índice de 55% passou a 39% e em Curitiba os números são ainda melhores, de 45% para 25%. Ou seja, o nosso trabalho formiguinha colaborou para que essa formalização acontecesse. Mas esperamos que nos próximos anos os números sejam ainda mais animadores”, finaliza, Euclesio Finatti.



PPPs e Concessões: uma possível solução para alavancar o desenvolvimento do País



A COP (Comissão de Obras Públicas) colocou em pauta, na 87ª edição do ENIC, as Concessões e as Parcerias Público Privadas (PPPs), bandeira já levantada pela CBIC, uma aposta que pretende alavancar o desenvolvimento do Brasil. Falou-se a respeito de regras de participação, garantias, modulação de projetos e principais dificuldades encontradas ao longo do processo.

O principal objetivo da Comissão foi demonstrar que o grande gargalo do País está na falta de infraestrutura e a falta de recursos do Estado. Uma possível solução seria a criação das PPPs, nos seus diversos modelos. As Parcerias Público Privadas, quando realizadas, têm a capacidade de num curto espaço alavancar a economia e desenvolver um crescimento social.

Gesner Oliveira, sócio da GO Associados e um dos especialistas em PPPs, afirma que o setor público tem que estar focado em resultados e o privado, no fluxo de caixa. Oliveira ressalta que é preciso investir em infraestrutura.

Para Paulo Gomes, representante da MGO Rodovias, na falta de recursos a principal fonte de capital seria de terceiros e a crise econômica reflete diretamente na melhoria de infraestrutura do país. Uma solução seria buscar através de Bancos Públicos empréstimos de ponte com valor financiado a longo prazo. "Para a realização de investimentos é necessário um completion técnico e financeiro", reforça.

O painelistas Fernando Faria, da empresa KPMG, pontuou cinco possibilidades para o Brasil atrair investimentos internacionais: Estabilidade no sistema de governo; Planejamento a longo prazo; Gerenciamento a capacidade de pagar pelo serviço (AFFORDABILITY); Criar, capacitar o sistema público; Baixo risco político.

"Para termos a reconstrução das bases do desenvolvimento requeremos de uma nova agenda econômica baseada principalmente em: a) gestão mais eficiente do governo e recursos; b) um estado mais leve permitindo um custo do capital mais baixo; c) uma abertura maior

do Brasil para o mundo", analisa Rodrigo José Zerbeto Assis, o vice-presidente de Obras Públicas do Sinduscon-PR.

Ainda há projeções de investimentos internos, como mostrou Marcio Giannico Rodrigues, representante do Banco do Brasil. Segundo ele, a instituição financeira pretende investir em infraestrutura cerca de R\$ 11,6 milhões, o que garante oportunidade.

O BNDES, por exemplo, possui uma área de estruturação de projetos e garante: "A partir de um bom projeto existe investimento em infraestrutura", afirma Guilherme Miranda, responsável da área. Ele explica ainda que na AEP (Área de Estruturação de Projetos) a maior parte dos financiamentos exigiu a necessidade de garantias maiores por parte dos entes públicos.

No entanto, não é possível descartar que um dos fatores determinantes para a falta de investimentos e credibilidade por parte de investidores diz respeito ao momento político do País, destacado por muitos durante todo o evento, e ressaltado neste painel.

"A principal mensagem do evento é que podemos e temos condições técnicas para encontrar caminhos e alternativas que leve o Brasil a crescer de maneira sustentável e econômica. Para isso acontecer precisamos desburocratizar e qualificar os gestores públicos. Na esfera municipal, estadual e federal", pondera o vice-presidente do Sinduscon-PR.

Gestão compartilhada é um dos temas abordados no Fórum Nacional das Empresas Prestadoras de Serviço



O Fórum Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços se reuniu durante o 87º ENIC para debater temas relacionados ao setor. Uma das discussões foi a gestão compartilhada como fator de viabilidade de projetos, com foco em obras industriais. O tema foi abordado sob o ponto de vista do contratante, do contratado e executor, e resultou num debate em grupo com proposição de ações e discussão e formulação de plano de ação.

O vice-presidente de Obras Industriais e Públicas do Sinduscon-MG, Ilso de Oliveira, que está a frente do grupo desde 2012, falou um pouco sobre a missão e importância do Fórum e segundo ele, o principal objetivo é que todos olhem para o mesmo ponto e que trabalhem em conjunto para que haja desenvolvimento. "Todos nós precisamos alinhar os vetores a fim de potencializarmos a resultante", ou seja, todos precisam puxar a corda para o mesmo lado.

Os problemas ressaltados foram variados, entre eles falta de planejamento, burocracia, atraso na aprovação na linha

base do programa. "Quando envolvemos uma grande gama de prestadores de serviço muita gente não comunica de forma clara e objetiva, e então a obra não flui no mesmo ritmo", aponta Oliveira.

Durante sua apresentação, Iomar Tavares da Cunha, diretor da MIP Engenharia, mostrou os principais ganhos obtidos pela gestão compartilhada: Melhoria da gestão dos projetos, melhoria da produtividade, redução de custos do projeto, redução nos insucessos do projeto devido ao estouro de prazo e custo, escopo e deficiência na qualidade e redução da probabilidade de ocorrência dos riscos nos projetos.

O vice-presidente de Prestação de Serviço do Sinduscon-PR, Alvaro Fernandes Coelho, acompanhou de perto o evento da pasta e aponta o planejamento como principal ponto a ser desenvolvido dentro das organizações. "A maior razão dos fracassos é a falta de planejamento e foco, principalmente quando existe mudança de escopo", comentou.

Também participaram do painel, Maury de Souza Júnior, diretor de projetos

e ecoeficiência da Samarco, Ricardo Antonio Abrahão Netto, Sinduscon-ES e Rogério Galvão, Gerente de Desenvolvimento de Projetos Ferrosos da Vale. Foram apresentados seus projetos, algumas alternativas dentro da gestão compartilhada, os principais desafios e o que pretendem desenvolver.

Ricardo Antonio Abrahão Netto, comentou que sempre que possível inicia a contratação de fornecedores pelas empresas de construção civil para realização do projeto, e que isso reduziu em 90% os problemas de projetos já ocorridos anteriormente. Hoje, ele também busca realizar obras com um número menor de funcionários no canteiro, com a utilização de mais tecnologia: "uma mini escavadeira realiza o trabalho de nove serventes. Serrote, martelo e carrinho de mão devem ser abolidos dos canteiros", enfatizou Ricardo. Como resultado deste modelo, cita que ganhou mais produção e eficiência, uma solução buscada devido a crise. Citou ainda que, neste período de crise tem conseguido renegociar os valores de seus contratos junto a fornecedores, com redução média de 9%.

Mas o que seria um cenário ideal para aplicação de gestão compartilhada? O vice-presidente do Sinduscon-PR analisa que um melhor planejamento, e uma redução significativa das burocracias que envolvem o setor, além de um gerenciamento efetivo das mudanças das mudanças do projeto e melhoria na comunicação entre os envolvidos, são pontos fundamentais para termos um processo mais eficiente e produtivo.

Inclusão de PCD na Construção Civil em destaque no painel da CPRT do ENIC

A inclusão de Pessoas com Deficiência no setor da construção civil é um dos temas de recorrente discussão. As principais preocupações se referem ao cumprimento da legislação, a falta de mão de obra disponível e interessada no setor, e ainda, como trabalhar adequadamente a inclusão dentro das empresas.

O vice-presidente de área técnica do Sinduscon-PR, Euclesio Finatti, mediu o painel sobre o tema no 87º ENIC, em Salvador, que contou com a presença do consultor da CBIC, Leonardo Moura; a advogada do SICEPOT-MG, Luciana Guedes e a médica e superintendente do Instituto de Ensino e Pesquisa Armênio Crestana do Seconci-SP, Norma Suely de A. Araújo.

A médica Norma apresentou um estudo de viabilidade para inclusão segura em que se analisou cargo, função, atividades previstas e tipos de adaptações necessárias para a realização da atividade e inclusão da pessoa com deficiência. "Acreditamos que o apoio a este trabalho traz subsídios técnicos para incluir com segurança o trabalhador", comenta. A especialista reforça que é necessário quebrar as barreiras para que a inclusão aconteça, ampliando o diálogo entre as empresas e os

órgãos competentes, estimulando o trabalhador a procurar a construção civil para se inserir no mercado de trabalho.

Um dos fatores mais discutidos durante o painel foi a dificuldade de se encontrar pessoas com deficiência. Não existe uma empresa, uma instituição, com um cadastrado para que as empresas busquem. Por outro lado, a lei bate na porta e as cotas precisam ser cumpridas. Outro agravante é que muitas vezes não se encontra trabalhador habilitado para a vaga e função disponível. "Pela lei, a obrigação da habilitação é do poder público. A empresa até pode ter um plano de qualificação, mas não é uma obrigação", esclarece a advogada Luciana Guedes.

A advogada sugere que as empresas busquem nos órgãos cabíveis como o SINE, por exemplo, e que se crie um arquivo com todos os comprovantes da busca pelo PCD. São documentos que comprovam essa demanda e a falta de respaldo pelas entidades cabíveis.

Ao localizar o trabalhador, muitas empresas não sabem como agir, e confundem inclusão com inserção. "A inclusão precisa ocorrer da empresa para dentro. Ou seja, para incluir

uma pessoa com deficiência na empresa é necessário envolver todos os colaboradores no processo e não apenas arrumar uma função para o PCD e deixá-lo fora do contexto. Isto é inclusão", explica o moderador Euclesio Finatti.

A nova Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, também foi objeto de discussão no encontro. O Estatuto abrange atividades e direitos, nas esferas público e privada, das pessoas com deficiência, tais como direito à moradia, direito ao trabalho, direito à assistência social, entre outros. Das alterações importantes para o setor da construção civil, foi destacada a questão da acessibilidade. A nova Lei traz regras para aprovação de projetos, licenciamento e garantia de acessibilidade.

"As empresas precisam estar abertas a ajudar a desenvolver o PCD dentro da empresa, a qualificar essas pessoas, e desta forma, dar condições para que eles possam se adaptar ao trabalho. O cumprimento da cota será consequência deste bom trabalho realizado", encerra Finatti.

Instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Curitiba – REFIC 2015

O Município de Curitiba editou a Lei Complementar municipal n. 95/15, que institui o Programa de Recuperação Fiscal de Curitiba – REFIC. O REFIC alcança o IPTU inscrito em dívida ativa, o ISS devido até a competência de agosto de 2015, outros débitos de natureza tributária e não tributária, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Os débitos poderão ser pagos à vista ou parcelados, com redução de juros e multa, nos seguintes termos:

FORMA DE PAGAMENTO	DESCONTO NOS JUROS	DESCONTO NA MULTA INCIDENTE SOBRE O DÉBITO	JUROS SOBRE PARCELAS
Parcela única	90%	80%	Não há
Até 3 parcelas	80%	70%	Não há
Até 6 parcelas	70%	60%	Não há
Até 12 parcelas	60%	50%	0,5% a/m
Até 24 parcelas	50%	40%	0,8% a/m
Até 36 parcelas	40%	30%	1,0% a/m
Até 60 parcelas	Não há	Não há	1,2% a/m

Esses descontos não se aplicarão cumulativamente com descontos ou reduções já concedidos em outros programas; e, em relação aos débitos não tributários, tais como multas por descumprimento das regras urbanísticas, alcançarão apenas os juros.

Cabe ainda notar que:

- i) a adesão ao parcelamento, com pagamento da 1ª parcela, deverá ser formalizada até o dia 30 de dezembro de 2015;
- ii) deverá abranger, obrigatoriamente, todos os débitos existentes na indicação fiscal, inscrição municipal ou número fiscal;
- iii) empresas optantes pelo Simples Nacional não poderão aderir ao parcelamento, salvo em relação a débitos gerados anteriormente à opção;
- iv) a parcela mínima é de R\$ 200,00 para débitos de ISS, e de R\$ 50,00 para outros débitos;
- v) as parcelas deverão ser pagas até o dia 10 de cada mês;
- vi) os contribuintes com parcelamento em vigor poderão migrar o saldo devedor para o REFIC, sem aplicação dos redutores sobre os valores já quitados;
- vii) os honorários advocatícios de débitos em execução serão computados, sem qualquer desconto, no valor das parcelas;
- viii) penhoras e garantias efetivadas em execuções fiscais serão mantidas até o pagamento integral do parcelamento;
- ix) serão expedidas certidões de suspensão da exigibilidade do débito (certidões positivas com efeito de negativas) após a comprovação do pagamento da 1ª

parcela, salvo em relação à liberação de Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras, que fica condicionada à quitação integral do débito parcelado;

x) por fim, o parcelamento será rescindido se:

- vii.1) houver atraso de qualquer parcela por prazo superior a 60 dias;
- vii.2) não for formalizada desistência e renúncia de defesas administrativas ou ações judiciais relacionadas ao débito; ou
- vii.3) não ocorrer o pagamento das custas processuais devidas no processo judicial.

De tudo isso, o grande ponto negativo é a aparente impossibilidade de o contribuinte separar obrigações tributárias e não tributárias que considera efetivamente devidas daquelas que pretenderia continuar questionando, pois o art. 2º da Lei estipula que a adesão abrange “obrigatoriamente todos os débitos, principais e acessórios, existentes na indicação fiscal, inscrição municipal ou número fiscal respectivo”.

Leonardo de Paola

Advogado, sócio da DPZL advogados, doutor em direito e consultor do Sinduscon-PR

Resultado do Processamento do FAP e Prazos para Contestações

Foi publicada no Diário Oficial da União, no dia 30 de setembro de 2015, a Portaria Interministerial nº 432, que dispõe sobre a publicação dos róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, a disponibilização do resultado do processamento do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) em 2015, com vigência para o ano de 2016, e sobre o processamento e julgamento das contestações e recursos apresentados pelas empresas em face do índice FAP a elas atribuídos. A Portaria traz uma mudança no cálculo do FAP em 2015, vigente para o ano de 2016, que passa a ser realizado por estabelecimento (CNPJ completo).

O resultado do processamento do FAP, com vigência para o ano de 2016, está disponível no site do Ministério da Previdência Social desde o dia 30 de setembro.

De acordo com a Portaria, os estabelecimentos que estiverem

impedidos de receber FAP inferior a 1,0000 por apresentarem casos de morte ou de invalidez poderão afastar esse impedimento se comprovarem terem realizado investimentos em recursos materiais, humanos e tecnológicos em melhoria na segurança do trabalho. Da mesma forma, os estabelecimentos que estiverem impedidos de receber o FAP inferior a 1,0000 por apresentarem taxa média de rotatividade, calculada na fase de processamento do FAP, acima de 75%, poderão afastar esse impedimento se comprovarem ter observado as normas de Saúde e Segurança do Trabalho.

As comprovações deverão ser feitas mediante formulário eletrônico disponibilizado no site do Ministério da Previdência Social (MPS) e da Receita Federal do Brasil (RFB). Em ambos os

casos, o formulário eletrônico deverá ser preenchido e transmitido no

período de 01 de outubro de 2015 a 08 de dezembro de 2015.

O FAP atribuído aos estabelecimentos pelo Ministério da Previdência Social (MPS) poderá ser contestado perante o Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional (DPSSO) da Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS) do Ministério da Previdência Social (MPS), de forma eletrônica, por intermédio de formulário eletrônico que será disponibilizado nos sítios do MPS e da RFB. A contestação deverá versar, exclusivamente, sobre as razões relativas a divergências quanto aos elementos que compõem o cálculo do FAP. O formulário eletrônico de contestação deverá ser preenchido e transmitido ao MPS no período de 09 de novembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015.

A íntegra da Portaria encontra-se no site do Sinduscon-PR, no menu jurídico.